



[pt](#) Notícias Anti-Capitalismo Anti-Colonialismo Anti-Heteropatriarcado

Adriana Calcanhotto e Boaventura de Sousa Santos pela defesa da Universidade Pública no Brasil

A partir da Universidade de Coimbra, Adriana Calcanhotto e Boaventura de Sousa Santos mandam um abraço solidário nesta jornada de luta pela defesa da Universidade Pública no Brasil.
Por **Adriana Calcanhotto, Boaventura de Sousa Santos**



[pt](#) Reflexão Anti-Colonialismo

Os múltiplos arquivos que conservam as histórias de Moçambique

Alice Comenta

As imagens de Moçambique que têm captado a atenção das agências noticiosas internacionais não são positivas: ciclones cuja força resultou na morte de cidadãos e na destruição de maciça de infraestruturas,(...)

Por **Maria Paula Meneses**



[pt](#) Notícias Anti-Capitalismo Anti-Colonialismo Anti-Heteropatriarcado

Ciclo de Cinema Argentino - Teatrão | Oficina Municipal do Teatro

No ano em que se comemoram 100 anos daquela que ficou conhecida como a Semana Trágica na Argentina, durante os quais se contabilizaram cerca de 700 vítimas mortais, entre os trabalhadores que se encontravam em(...)

Por **Margarida Sousa**



[pt](#) Reflexão Anti-Capitalismo Anti-Colonialismo Anti-Heteropatriarcado

Defender a Sociologia e as Ciências Sociais e Humanas contra a criminalização do pensamento crítico

Alice Comenta

1. Nas últimas semanas, tem circulado internacionalmente uma carta aberta lançada a partir da Universidade de Harvard, que reuniu em poucos dias milhares de assinaturas de sociólogos e sociólogas de diferentes(...)

Por **João Arriscado Nunes**



[pt](#) [Reflexão](#) [Anti-Capitalismo](#) [Anti-Colonialismo](#)

Mudanças Climáticas: quem deve pagar os custos do Ciclone Idai?

Rodrigues Alfredo

No dia 14 de março de 2019, três países africanos Moçambique, Zimbábue e Malawi foram atingidos pelo ciclone tropical ?Idai? causando mais de mil mortos. O País mais afetado foi Moçambique, onde milhares de(...)

Por **Rodrigues Alfredo**



[pt](#) [Reflexão](#) [Anti-Capitalismo](#) [Anti-Colonialismo](#) [Anti-Heteropatriarcado](#)

Contra o capitalismo de desastre, a ecologia dos saberes

Alice Comenta

Este artigo faz parte da série Alice Comenta da autoria da equipa do Programa de Investigação Epistemologias do Sul, publicada no Alice News com cadência semanal.

Por **José Manuel Mendes**



[pt](#) [Reflexão](#) [Anti-Heteropatriarcado](#) [Anti-Colonialismo](#) [Anti-Capitalismo](#)

Mulheres na extrema-direita, nacionalismos e desafios aos feminismos

DeOthering

Este artigo faz parte de uma série de publicações da autoria da equipa de investigação do projeto DeOthering, publicada no Alice News com cadência mensal.

Por **Júlia Garraio**



[es](#) [Reflexión](#) [Anti-Capitalismo](#) [Anticolonialismo](#) [Anti-Heteropatriarcado](#)

Los 25s de abril

Begoña Dorronsoro

Conmemoramos fechas por diferentes motivos. Algunas fechas son recuerdos de celebración, de victorias, de logros conseguidos; otras nos recuerdan hechos luctuosos y su rememoración quiere evitar que se repitan. Hay(...)

Por **Begoña Dorronsoro**



[en](#) [Reflection](#) [Anti-Capitalism](#) [Anti-Colonialism](#) [Anti-Heteropatrarchy](#)

Migrant bodies exist

Alice Comments

Este artigo faz parte da série Alice Comenta da autoria da equipa do Programa de Investigação Epistemologias do Sul, publicada no Alice News com cadência semanal.

By **Cristiano Gianolla**



Centro de Estudos Sociais Tel +351 239 855 570
Colégio de S. Jerónimo Fax +351 239 855 589
Apartado 3087
3000-995 Coimbra, Portugal alicenews@ces.uc.pt



alice



Centro de Estudos Sociais
Universidade de Coimbra



UNIVERSIDADE D
COIMBRA



Conteúdos originais licenciados CC BY-SA 4.0 | conteúdos não identificado como original licenciados de acordo com a fonte.
Contenidos originales licencia CC BY-SA 4.0 | contenidos no identificado como original licenciados según la fuente.
Original contents licesed CC BY-SA 4.0 | contents not identified as original licensed according to the source.

You received this message because you are subscribed to the Alice News Newsletter. If you do not want to receive it again, [click here](#).



pt Notícias Original Anti-Capitalismo Anti-Colonialismo Anti-Heteropatriarcado

Adriana Calcanhotto e Boaventura de Sousa Santos pela defesa da Universidade Pública no Brasil

AN Original

2019-05-15

Por Boaventura de Sousa Santos, Adriana Calcanhotto

A partir da Universidade de Coimbra, Adriana Calcanhotto e Boaventura de Sousa Santos mandam um abraço solidário nesta jornada de luta pela defesa da Universidade Pública no Brasil.



EPISTEMOLOGIAS
DO SUL



Centro de Estudos Sociais
Universidade de Coimbra



UNIVERSIDADE DE
COIMBRA



Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
Universidade de Coimbra - Alta e Sofia inscrita no Livro do Património Mundial em 2013



Conteúdos originais licenciados CC BY-SA 4.0 | conteúdos não identificados como original licenciados de acordo com a fonte.

Contenidos originales licencia CC BY-SA 4.0 | contenidos no identificados como original licenciados según la fuente.
Original contents licensed CC BY-SA 4.0 | contents not identified as original licensed according to the source.

Os múltiplos arquivos que conservam as histórias de Moçambique

AN Original - Alice Comenta

2019-05-13

Por Maria Paula Meneses

As imagens de Moçambique que têm captado a atenção das agências noticiosas internacionais não são positivas: ciclones cuja força resultou na morte de cidadãos e na destruição de maciça de infraestruturas, ou ainda o espectro de forças insurgentes no norte de Moçambique. Uma das questões que continua no nosso horizonte é o que nos une na nossa diversidade, uma partilha profunda que nos obriga a escavar fundo nas histórias entrecruzadas que nos unem, para procurar sentido em ser-se moçambicano/a. Querendo ou não, o passado é uma experiência que habita em nós, que nos marca no presente e sustenta as opções de futuro.



A memória coletiva que procura dar sentido ao Moçambique contemporâneo – a história nacional – é um projeto político produzido no presente, fruto de uma seleção cirúrgica de factos e episódios do passado, com o objetivo de legitimar a visão política de futuro que nos é apresentada por quem detém o poder de propor uma visão parcial do passado como o todo desse passado. O renomear das cidades e vilas, as novas designações de praça e avenidas, a construção de estatuas e monumentos e a criação de arquivos procura consubstanciar este projeto de história nacional. Porém, esta rutura gerou muitos questionamentos às políticas de memórias. Desde logo, a questão da escrita. A história, a memória inscrita no cerne do projeto nacional encerra-se em si mesma, perdendo a liberdade que os registos orais autorizam.

As negociações sobre a história de Moçambique, convocadas por múltiplas memórias, iniciaram-se há muito, combinando a memória e a imaginação, ligando o passado ao futuro. As memórias não funcionam no singular, desafinando qualquer tentativa de standardização que o arquivo escrito burocrático procura imprimir.

Dado que a escrita está intimamente associada à ritualização burocrática em que se apoiam os estados modernos, o arquivo simboliza uma forma de memória, gravada de forma escrita, como destaca Boaventura de Sousa Santos. Na senda do desafio colocado por Valentin Mudimbe, os arquivos escritos devem ser vistos como locais de produção de conhecimento sobre a alteridade, como monumentos da constituição de uma forma de saber associada ao projeto colonial. E esta forma de reprodução da ligação saber-poder mantém-se nos arquivos que sustentam o moderno estado-nação. O estado-nação é uma das pesadas heranças coloniais em Moçambique, como sublinhou Eduardo Mondlane numa entrevista dada pouco tempo antes de ser assassinado, um tema a que urge voltar. Esta projeto de estado foi imposto com um propósito político óbvio – exportar para outras regiões do mundo a governança metropolitana europeia, considerada a forma mais avançada e civilizada de governar a política pública. A história grafada do estado que é Moçambique apresenta-nos um projeto moderno; todavia, não consegue captar os ‘ses’ e os ‘poréns’ da transição para a independência e do processo de (re)construção do estado (incluindo uma análise crítica construtiva do que significou a tentativa de escangalhamento do estado colonial durante os primeiros anos da independência, a partir de quem participou do processo). Como este exemplo ilustra, não é possível escrever a história de um estado independente sem o condimento que são as memórias orais, as memórias vividas, tão importantes como as fotografias que consagram pessoas e momentos. Estes dois exemplos de memórias desafiam os saberes contidos nos arquivos oficiais. Construir qualquer história é um exercício plural, um debate de testemunhos concorrentes, que permitem construir narrativas em rede, dialogando e contestando afirmações e opções.

O arquivo histórico de Moçambique vem procurando combinar o escrito, o oral e o digital, numa tentativa de transformar o arquivo num bem comum, num repositório de saberes de todos e de todas os que são moçambicanos e moçambicanas. Mas é preciso ser mais ambicioso, urge construir um arquivo que crie espaço para os perdedores e os esquecidos na/da história. Isto significa, por exemplo, abrir a história da guerra civil a um questionamento profundo sobre as suas razões, as propostas políticas, as lutas, as solidariedades e as resistências que se geraram. Não é possível construir um futuro a partir de amnésias, ignorâncias, de apagamentos. Estas formas de expurgas as dores e as conquistas do registo histórico traduzem-se numa pena mais pesada que a execução física.

Este desafio encerra em si mesmo múltiplos desafios. Refiro rapidamente dois.

CONSTITUIÇÃO DO 1º GRUPO DA PRELIM QUE RECEBEU TREINO NA ARGÉLIA
(JANEIRO - JULHO DE 1963)

1. ALBINO ESTEVÃO ANAPYAILA, (maconde). *2a*
2. ALBINO THOMAS MACAVACA, (maconde). *2a*
3. BARTOLOMEU CARLOS MVALICA, (maconde). *2a*
4. FELICIANO GUNDANE, (Beira). *2a*
5. JACINTO SITHOLE, (Sena). *2a*
6. JONAS RODRIGUES CHALE, (Gaza). *2a*
7. JOÃO EUGÉNIO MCHOCHO NCUEMBA, (maconde). *2a*
8. LUDOVICO GASPAS TUKANULA, (maconde). *2a*
9. LUIZ ANASTÁCIO NOBRE CHILAMBO, (maconde). *2a*
10. LOURENÇO MATOLA, (Lourenço Marques). *2a*
11. MÁRIO FERNANDO NAVILANI, (maconde). *2a*
12. MIGUEL NIQUENTI SAKOMA, (maconde). *2a*
13. MILAGRE MABOTE, (gaza). *2a*
14. PEDRO JOAQUIM SIBINDI, (Manga, Beira). *2a*
15. RAFAEL JOSÉ PEDRO MWAkala, (maconde). *2a*

NOTA. Este grupo de quinze não regressou a Dar-es-Salaam a 15 de Julho de 1963, tendo ficado na Argélia a especializar-se em transmissões, num curso de radio-telegrafistas.

16. ALI JUMA, (macua). *2a*
17. ANDRÉ MPUTA WALIKALALA KULOMBA, (maconde). *2a*
18. ANTÓNIO CHALALANGASI CHAPASA, (maconde, Nangololo). *2a*
19. BACULU SIMONI, (maconde). *2a*
20. BOMBARDA TEMBE, (Maputo). *2a*
21. CARTASE CAETANO CUMACO, (maconde, Mueda). *2a*
22. CASSIANO ALATO NCHAWYA, (maconde, Mutamba dos Macondes). *2a*
23. CRISTIANO PAVÃO DAMIÃO KUNANENGO, (maconde, Muidumbe). *2a*
24. CRISTÓVÃO TIAGO MULA, (maconde Mueda). *2a*
25. FERNANDO VASCONCELOS MUCAVELE, (Chongoene (1º. cabo do exército português)). *2a*
26. FRANCISCO LUDOVICO, (maconde). *2a*
27. FREDERICO ANTÓNIO ALMEIDA, (macua Porto Amélia). *2a*
28. GABRIEL SIMEÃO ZANDAMELA, (Zavala). *2a*
29. HAMISI MOHAMED ALI, (macua, Mocimboa da Praia). *2a*
30. HENRIQUE MANDLAYI, (Chibuto). *2a*
31. HILÁRIO CÂNDIDO NEKAMWENE KWALEMBO, (maconde). *2a*
32. IBRAHIMI ABDULLAH, (Lourenço Marques). *2a*
33. IBRAHIM BAKARI, (macua, Mocimboa da Praia). *2a*
34. JAMESON SAIDI, (macua, Mocimboa da Praia). *2a*
35. JOÃO ALEXANDRE MADUNGA, (maconde). *2a*
36. JOSÉ COVANE, (Chibuto). *2a*
37. JOSÉ FERNANDO NAPULULA, (maconde). *2a*
38. JOSÉ KAINDI JACOB, (maconde). *2a*
39. LUCAS ELIAS TIAGO, (maconde, Mueda ou Muidumbe). *2a*
40. LUIS ASSIAM CASSIANO, (maconde, Mutamba dos Macondes). *2a*
41. MANUEL NAGOGO, (maconde, Nangololo). *2a*
42. MATEUS CHIPANDA NTAMBULIWA, (maconde). *2a*
43. MULLA CRISTÓVÃO, (maconde). *2a*
44. OMARI SULTAN MAULANA, (macua, Montepuez). *2a*
45. ORESTE BASÍLIO KALULU, (maconde). *2a*
46. ORESIE JULIANO NANDANGA CHANGALA, (maconde). *2a*
47. TADEO PASCOAL MUIDUMBE, (maconde, Muidumbe). *2a*
48. VALENTINO MTUMWA SAKUSASA, (maconde). *2a*
49. VASCO MUSKETO MATABELE, (Manjacaze). *2a*
50. ZACARIAS HALAWE TVALIBU, (macua, claro, Mocimboa da Praia). *2a*

NOTA. Antes de prosseguir, e pelo interesse que oferece, intercala-se, de seguida, dois esquemas, um do Quartel de MARNIA e outro da forma porque era ministrada a instrução segundo a descrição oral feita pela fonte.



1. Em Moçambique o principal arquivo nacional, o arquivo histórico, dono de uma coleção substantiva importante de materiais, está situado em Maputo, na capital. Num país tão extenso como o nosso, centrar todo o material de arquivo numa única instituição limita imenso o acesso a estes acervos. Torna-se difícil a alguém que habita em Lichinga, no extremo norte, consultar os arquivos, pois a maioria não está digitalizada. Por outro lado, o transporte para Maputo da documentação que, de acordo com a lei, deve ser depositada no arquivo, não é fácil nem é barato. E creio que sequer educamos a nossa função pública sobre a importância do arquivo enquanto memória institucional. Creio que a descentralização dos arquivos, funcionando em rede, será um dos eixos importantes do processo de descentralização política no país.
2. o retorno dos chamados arquivos coloniais. Nos últimos meses têm bastante discutida a devolução dos objetos de arte e artefactos saqueado durante o colonialismo. Mas não são apenas estes os bens que devem ser devolvidos. O arquivo colonial, os milhares de registos oficiais, mapas, fotos e documentos que delineiam a história da opressão por parte dos poderes imperiais europeus, reside ainda em terras do Norte. Revisitar a nossa história recente é dificultada pelo fato de muita da documentação se encontrar nas antigas metrópoles coloniais. Nestes arquivos estão depositadas verdades inconvenientes sobre as guerras coloniais, processos de ocupações, em relação aos quais a Europa nunca pediu desculpas. Como vários têm defendido, abrir os arquivos e devolver os documentos às ex-colónias possibilitará, no caso de Moçambique, que possamos produzir a nossa própria história, gerando narrativas mais explícitas sobre a experiência colonial.

Numa crónica recente [Shiv Visvanathan](#) defendeu que uma educação cidadã tem de assentar em memórias que representam corpos e sentidos. Desafiando qualquer tentativa de reduzir as memórias a arquivos digitais, estas, no plural, devem ser acarinhadas como recordações, performances, invenções, uma forma de insistir num tempo e num espaço vividos de forma plural. Num mundo que insiste no eu individual gravado em selfies instantâneos, importa assegurar memórias que afirmem que cada um, na sua individualidade, existe porque há um plural, porque há um nós, que poeticamente se transporta através das memórias, dando corpo à filosofia ubuntu.



**EPISTEMOLOGIAS
DO SUL**



ces Centro de Estudos Sociais
Universidade de Coimbra

1290

UNIVERSIDADE DE
COIMBRA



Organização
das Nações Unidas
para a Educação,
a Ciência e a Cultura



Universidade de
Coimbra - Alta e Sôfia
Instituída nos Livros do Palácio
Municipal em 1128



Conteúdos originais licenciados CC BY-SA 4.0 | conteúdos não identificado como original licenciados de acordo com a fonte.

Contenidos originales licencia CC BY-SA 4.0 | contenidos no identificado como original licenciados según la fuente.

Original contents licesed CC BY-SA 4.0 | contents not identified as original licensed according to the source.

Ciclo de Cinema Argentino - Teatrão | Oficina Municipal do Teatro AN Original

2019-05-10

Por Margarida Sousa

No ano em que se comemoram 100 anos daquela que ficou conhecida como a Semana Trágica na Argentina, durante os quais se contabilizaram cerca de 700 vítimas mortais, entre os trabalhadores que se encontravam em greve, simpatizantes dos grevistas e judeus associados ao movimento anarquista, o Teatrão traz a palco o texto de Maurício Kartun que tem como pano de fundo o massacre de 1919. Antes da estreia, no FITEI, inicia-se o ciclo de cinema argentino que irá acompanhar a produção. Numa parceria com o LIPA (FLUC), a Oficina Municipal do Teatro será casa de quatro sessões que se realizarão todas as terças, durante o mês de maio. Trata-se de uma extensão das Sessões do Carvão, uma iniciativa da FLUC coordenada por Sérgio Dias Branco.

A primeira acontece já dia 7 de maio. A longa metragem escolhida para dar início ao ciclo foi "O Segredo dos seus Olhos", filme vencedor do Óscar de Melhor Filme Estrangeiro em 2010. Seguir-se-ão "O Homem ao Lado" (2009) e "O Cidadão Ilustre" (2016). Na sessão que antecede a estreia da temporada na OMT e para finalizar, o thriller "Relatos Selvagens" (2014), de Damián Szifron



25 T

Ciclo de Cinema Argentino

TER 7 MAI · 19h
O Segredo dos Seus Olhos
de Juan José Campanella
2009 · DUR. 2h09

TER 14 MAI · 19h
O Homem ao Lado
Castón Duprat e Mariano Cohn
2009 · DUR. 1h05

TER 21 MAI · 19h
O Cidadão Ilustre
Castón Duprat e Mariano Cohn
2016 · DUR. 2h

TER 28 MAI · 19h
Relatos Selvagens
de Damián Szifron
2014 · DUR. 2h02

Programação paralela
ao espetáculo
A la de Criados
de Maurício Kartun
encenação de
Marco Antonio Rodrigues
29 MAI - 9 JUN · OMT

Teatrão

Defender a Sociologia e as Ciências Sociais e Humanas contra a criminalização do pensamento crítico

AN Original - Alice Comenta

2019-05-07

Por João Arriscado Nunes

1. Nas últimas semanas, tem circulado internacionalmente uma carta aberta lançada a partir da Universidade de Harvard, que reuniu em poucos dias milhares de assinaturas de sociólogos e sociólogas de diferentes países. A carta é uma declaração de apoio aos sociólogos e aos departamentos de sociologia das universidades brasileiras, repudiando a intenção manifestada pelo governo brasileiro de reduzir drasticamente o financiamento de cursos de ciências humanas e filosofia nas universidades públicas. O documento realça, contra essa posição, a importância destas áreas do saber para a produção de conhecimento indispensável à compreensão, à crítica e à ação transformadora em sociedades complexas, em que conquistas civilizacionais que afirmam a dignidade dos seres humanos na sua diversidade são desafiadas por múltiplas formas de desigualdade, de exclusão e de opressão. As ciências sociais e humanas ocupam um lugar central na formação de cidadãos capazes de protagonizar uma cidadania ativa e crítica, e a sua eliminação priva a sociedade de conhecimentos indispensáveis ao que o filósofo John Dewey chamava ação inteligente, orientada para a promoção da dignidade, da justiça e da democracia.

2. Vale a pena recordar, a este propósito, que neste ano de 2019 se comemora o 60^a aniversário da publicação de uma das obras mais marcantes na história das ciências sociais e um dos grandes manifestos em defesa do pensamento crítico e da ação transformadora por ele informada, *A Imaginação Sociológica*, de Charles Wright Mills. As suas palavras, conservam, 60 anos depois e perante as ameaças ao pensamento crítico e, em particular, ao que caracteriza as ciências sociais e humanas, toda a sua pertinência:

“A imaginação sociológica permite a quem a possui compreender o cenário histórico mais amplo em termos do seu significado para a vida interior e a carreira exterior de uma variedade de indivíduos. Ela torna possível levar em conta de que maneira indivíduos, na agitação das suas experiências diárias, se tornam muitas vezes falsamente conscientes das suas posições sociais. Nessa agitação, procura-se o enquadramento da sociedade moderna, e dentro desse enquadramento formulam-se as psicologias de uma variedade de homens e mulheres. Através desses meios, a inquietação pessoal dos indivíduos é focada em dificuldades explícitas e a indiferença dos públicos é transformada em envolvimento com questões públicas (...) A imaginação sociológica permite-nos apreender história e biografia e as relações entre as duas na sociedade. Essa é a sua tarefa e a sua promessa.”

O ponto de partida de Mills foi a crítica ao que considerava serem as limitações das correntes dominantes da sociologia do seu tempo. Mas a sua caracterização da imaginação sociológica enquanto capacidade de articular a experiência pessoal e os problemas sociais, a biografia e a história, não deve ser confinada ao espaço disciplinar e acadêmico, mas ampliada à produção de saberes e práticas de pesquisa orientadas para a transformação democrática e emancipatória do mundo, e para a luta contra todas as formas de desigualdade, discriminação, exclusão e opressão. A capacidade para a interrogação crítica e para a ação por esta informada é a condição do que Boaventura de Sousa Santos chama a ação rebelde, num mundo marcado pela diversidade e pela riqueza dos saberes e

experiências existentes no mundo, mas também pela desigualdade, pela injustiça social, histórica e cognitiva, pelo preconceito e por formas visíveis e invisíveis de violência. As ciências sociais e humanas oferecem contribuições indispensáveis para converter o conformismo perante uma realidade alegadamente sem alternativa em capacidade de lidar com o desconforto perante o que se desconhece ou perante aquilo que desafia preconceitos e hábitos enraizados através do pensamento crítico e da ação transformadora.

Por essa via, a experiência das várias formas de discriminação e da violência nas suas diferentes manifestações pode deixar de ser vivida como fatalidade e passar a ser entendida na sua relação com os processos persistentes de dominação, desigualdade e exclusão, alimentados e consolidados por políticas do Estado, práticas de desumanização daqueles e daquelas que são diferentes, e pela vulnerabilização de populações, territórios, comunidades ou grupos. O desemprego deixa de ser assumido como uma manifestação de incapacidade ou infortúnio pessoal, passando a ser compreendido na sua relação com um sistema social e económico caracterizado por relações de poder que se apoiam na exploração do trabalho e sustentam a sua reprodução, numa nova leitura do mundo, como lhe chama Paulo Freire.

3. Não é por acaso que a atual vaga conservadora e autoritária que se manifesta em várias partes do mundo tome como um dos seus alvos prioritários as universidades e o pensamento crítico associado ao ensino, pesquisa e extensão em Ciências Sociais e Humanas. A situação atual no Brasil torna clara a importância estratégica que assume, para os projetos autoritários e neofascistas, a destruição da capacidade de formação de uma cidadania crítica e das áreas de conhecimento que permitem problematizar e fundamentar as opções em matéria de políticas públicas e de intervenções com consequências para a sociedade, para a saúde e para o ambiente e, em particular, para os setores mais vulnerabilizados da população. O sucateamento anunciado das instituições, a desqualificação de áreas inteiras do saber, o apelo à delação de professores e o ataque à liberdade académica e à liberdade de ensino visam explicitamente a censura e criminalização do pensamento crítico em todas as suas formas. Seria um erro, por isso, pensar que outras áreas científicas serão poupadas a este processo. As ciências sociais e as humanidades são visadas de maneira prioritária, não devido à sua alegada irrelevância, mas porque, em diálogo com a riqueza de experiências e saberes que nascem das lutas contra a dominação e a opressão nas suas diferentes formas, trazem contribuições indispensáveis ao trabalho colaborativo de interpelação do mundo e a um pensamento crítico comprometido com a mudança, vinculando as experiências vividas aos processos sociais que as condicionam, identificando os lugares e momentos em que a mudança se torna possível e em que a ação se torna ação libertadora, como nos ensina Paulo Freire, outro alvo notório da guerra ao pensamento crítico.



4. Cultivar hoje a imaginação sociológica é parte de um processo mais amplo de construção de formas de pensamento crítico e de ação transformadora, de conhecer aprendendo, e de aprender conhecendo. Para isso, as ciências sociais e humanas precisam de continuar a lutar no espaço das universidades contra a criminalização do pensamento e pela liberdade académica, mas também assumir de maneira radical, como propõe Boaventura de Sousa Santos, apropriando as lições de Wright Mills, Paulo Freire e outros pensadores críticos, a terceira missão da universidade, a extensão entendida como ampliação para além do espaço desta da imaginação sociológica e crítica através da produção colaborativa de saberes críticos e transformadores, construídos nas e com as lutas pela dignidade, pela justiça social e cognitiva e pela democracia.



**EPISTEMOLOGIAS
DO SUL**



ces
Centro de Estudos Sociais
Universidade de Coimbra

1290

UNIVERSIDADE D
COIMBRA



Organização
das Nações Unidas
para a Educação,
a Ciência e a Cultura



Universidade de
Coimbra - Alta Sida
Inscrita na Lista do Património
Mundial em 2010



Conteúdos originais licenciados CC BY-SA 4.0 | conteúdos não identificado como original licenciados de acordo com a fonte.
Contenidos originales licencia CC BY-SA 4.0 | contenidos no identificado como original licenciados según la fuente.
Original contents licesed CC BY-SA 4.0 | contents not identified as original licensed according to the source.

Mudanças Climáticas: quem deve pagar os custos do Ciclone Idai?

AN Original

2019-05-06

Por Rodrigues Alfredo

No dia 14 de março de 2019, três países africanos Moçambique, Zimbabwe e Malawi foram atingidos pelo ciclone tropical “Idai” causando mais de mil mortos. O País mais afetado foi Moçambique, onde milhares de pessoas ficaram sem abrigo, 90% dos edifícios da cidade da Beira foram destruídos e as aldeias em seu interior desapareceram com o impacto das águas.



Neste cenário dramático, uma grave crise sanitária surgiu, epidemias como a cólera, malária se desenvolveram e, a cada dia, a emergência dos cuidados médicos, higiênicos e psicológicos se tornam cada vez mais urgentes. Mas, nas médias internacionais tudo isto não passa de um evento comum. Uma fatalidade que os países mais pobres e mais fracos do planeta devem sofrer como um destino adverso e inevitável.

O ciclone Idai é consequência das mudanças climáticas. A partir da Revolução Industrial a causa principal das mudanças climáticas é antrópica: consequência das atividades humanas como a queima de combustíveis fósseis para geração de energia, atividades industriais e transportes, descarte de resíduos sólidos e desflorestamento. Todas estas atividades emitem grande quantidade de gases responsáveis pelas mudanças climáticas como o dióxido de carbono e o óxido nitroso.

Estas atividades são particularmente praticadas no Norte que no Sul global. Neste sentido, os países do Norte global são os principais responsáveis pelas mudanças climáticas que estão a criar sérios problemas no Sul, como: tempestades tropicais, inundações, ondas de calor, seca, furacões, tornados, tsunamis e outros.

Qualquer justificação dos países do Norte global da falta de conhecimento dos danos causadas pelas mudanças climáticas no Sul creio que é infundada porque os modernos meios de comunicação social colocam cada um de nós em contacto com cada evento, importante ou insignificante, que acontece em qualquer parte do mundo.

Neste sentido, não é plausível afirmar que os países do Norte global, os principais responsáveis pela emissão de dióxido de carbono não sabem das consequências das suas ações, que os países do Sul global, mais dependentes da agricultura de subsistência sofrem com as mudanças climáticas.



Moçambique é um dos países que sofre a desertificação, aumento do nível do mar e inundações. O Governo moçambicano mesmo se de alguma forma consegue reassentar as populações deslocadas devido ao clima; no entanto, o reassentamento protege a população contra os riscos físicos de inundações extremas, mas pode levar a outros problemas ambientais, sociais, económicos e políticos. Portanto, os países do Norte global têm a obrigação moral de encarregar-se dos custos da mitigação e adaptação das populações afetadas do ciclone Idai em proporção ao excesso de recursos atmosféricos e pelo benefício obtido. Nesta ótica é errado chamar “ajuda humanitária” o pouco que Moçambique, Zimbábwe e Malawi receberam para fazer face aos efeitos do ciclone Idai. É simplesmente uma questão de justiça corretiva.

Nós sabemos que se um agente X com sua ação ameaça e põe em perigo Y, pelo menos a partir do momento em que X sabe das consequências das suas ações, ele deve terminar sua ação e ajudar a corrigir o dano feito a Y. Neste sentido, se os países do Norte global gozam de um alto nível de bem-estar devido a exploração excessiva dos recursos atmosféricos causando sérios danos aos países do Sul global, têm a obrigação de terminar as suas ações e corrigir os danos produzidos.

Este princípio é fundado na premissa igualitária do direito de todos seres humanos a um uso igual do recurso atmosférico. Todos aqueles que usam mais do que a sua parte violam os direitos dos outros. Portanto, eles devem compensá-los proporcionalmente ao uso extra.

Esta tese vale também para os países exportadores de petróleo usados em atividades altamente poluentes. Por exemplo, embora a Noruega não polua, uma vez que a sua riqueza é baseada na exportação de produtos poluentes, ela se beneficia da destruição do ambiente atmosférico e, conseqüentemente, deve contribuir a resolver os efeitos das mudanças climáticas em proporção ao seu benefício.

Negar esta tese significa reduzir os países do Norte global em parasitas. Um país é parasita quando conduz um processo de desenvolvimento industrial, acelerando as mudanças climáticas, que causam sérios danos às populações do Sul global.

As mudanças climáticas intensificam os fatores da pobreza no Sul global. Os eventos intensos de chuvas afetam negativamente a agricultura de subsistência. Além disso, pode aumentar o número de mortes de malária, desnutrição e outras doenças relacionadas com as mudanças climáticas.

O aumento da temperatura global e a presença de menos água no solo para beber, abastecimento industrial, irrigação, prevenção de flora, geração de energia e agricultura pode aumentar conflitos no mundo. A origem de algumas guerras no continente africano pode ser atribuída as mudanças climáticas: um processo lento e gradual que corrói os meios de subsistência das pessoas, desencadeando conflitos de recursos naturais.

A partir deste quadro teórico é incontestável que nos próximos anos as mudanças climáticas expulsarão milhões de pessoas das suas terras, constituindo a principal causa do fenômeno migratório a nível mundial.



Existe um tentativa de resolver a questão das mudanças climáticas através dos acordos internacionais. Existem cerca de 200 acordos sobre o meio ambiente, o último é o “Acordo de Paris” de 2015. Tais acordos apresentam o problema da aplicabilidade porque os acordos internacionais em matérias de clima não são vinculativos e não há uma autoridade transnacional capaz de os fazer respeitar.

Estes problemas podem ser resolvidos com a criação de uma Organização Mundial da Natureza de acordo com o que já aconteceu, com a fundação da Organização Mundial do Comércio em 1995. Não há dúvida de que na falta de uma Organização Mundial do Natureza, os acordos sobre o clima nunca poderão se tornar executivos. É suficiente que um país como os EUA não ratifique o acordo assinado para ser dispensado da sua função reguladora.

A constituição de uma autoridade transnacional capaz de obrigar todos os Estados a respeitar os acordos internacionais sobre o clima é uma questão de justiça global. Os Estados estão bem conscientes de que esta é a única estrada eficaz para resolver o problema das mudanças climáticas, mas não agem para continuar a criar poluição e adquirir posições de vantagens competitiva no comércio internacional.

Imaginamos o mundo como uma "casa comum" com recursos limitados. Se os usuários desta casa exploram tais recursos em modo inapropriado, os recursos vão diminuindo até exceder o seu limite crítico e isso irá desencadear a percepção individual em uma tragédia iminente. A partir deste momento os usuários iniciam uma corrida de acumulação dos recursos porque se tornam cada vez mais exiguo. Diante da absoluta escassez de recursos naturais, as guerras entre os Estados serão inevitáveis.

Neste contexto de guerra de todos contra todos a paz é possível só se os Estados estipularem um pacto, pelo qual se forcem a buscar a paz através da criação de uma instituição comum, ou seja, a constituição de uma autoridade transnacional capaz de manter em harmonia a biosfera e a noosfera: um conjunto de todos os seres humanos que têm a capacidade de planejar as suas ações e de ter um projeto consciente comum.



Alfredo Rodrigues é doutorando em filosofia política na Universidade de Roma "La Sapienza". Membro da Rede Internacional de Ecologia Integral, Pontifícia Universidade Antonianum, Roma.

E-mail: rodrigues.alfredo@uniroma1.it



**EPISTEMOLOGIAS
DO SUL**



Centro de Estudos Sociais
Universidade de Coimbra



UNIVERSIDADE DE
COIMBRA



Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
Universidade de Coimbra - Alta e Sofia
inscrita na Lista do Património Mundial em 2019



Conteúdos originais licenciados CC BY-SA 4.0 | conteúdos não identificados como original licenciados de acordo com a fonte.
Contenidos originales licencia CC BY-SA 4.0 | contenidos no identificado como original licenciados según la fuente.
Original contents licensed CC BY-SA 4.0 | contents not identified as original licensed according to the source.

Contra o capitalismo de desastre, a ecologia dos saberes

AN Original - Alice Comenta

2019-04-30

Por José Manuel Mendes

*Este artigo faz parte da série **Alice Comenta** da autoria da equipa do Programa de Investigação Epistemologias do Sul, publicada no Alice News com cadência semanal.*



A narrativa das alterações climáticas cria uma comunidade internacional de desastre, homogeneizando e ocultando os efeitos de longo prazo do capitalismo, do colonialismo e do patriarcado. A mesma insere-

se também nas estratégias hegemónicas e performativas de produção de um mundo inseguro, que permitem a produção de um outro exótico, perigoso e distante.

De uma primeira abordagem clássica, baseada no risco e nos peritos, passou-se, com a criação pelas Nações Unidas da Década Internacional para a Redução dos Desastres, para o discurso da resiliência e do papel das comunidades. Se o conceito de risco é já marcado pelo seu ocidentocentrismo, esquecendo que no Sul Global muitos dos quotidianos dos indivíduos, das famílias e das comunidades são de sobrevivência e de precariedade, terá o conceito de resiliência alguma aplicabilidade? Servirá o mesmo que interesses?

A atenção política à redução da vulnerabilidade e ao incremento da resiliência, instigadora de inúmeras investigações e propostas de análise teóricas e empíricas, tem centrado o debate mais na redução dos custos e na mensuração técnica e operacional da vulnerabilidade do que nas questões de cidadania, qualidade de vida e segurança estrutural das populações.

A própria transição de um paradigma da vulnerabilidade para um paradigma assente na resiliência obriga a perguntar se o discurso subjacente não implica, na verdade, uma transferência de responsabilidades das entidades internacionais e governamentais para as comunidades e os cidadãos. O discurso da resiliência recai sobre as populações com fracos recursos para tornarem os riscos seguráveis. Contudo, algumas catástrofes no Norte Global revelaram como essa exoticização assente em critérios raciais, de classe e de gestão biopolítica e geo-económica das populações, também poderá funcionar em pleno em certos locais geo-históricos do centro hegemónico.

Esta universalização do discurso da resiliência e, mais importante, de políticas públicas orientadas para a prevenção e mitigação dos desastres com base no conceito de resiliência, induz a produção de cidadanias invisíveis que emergem aquando da ocorrência de catástrofes. A cidadania invisível reporta-se a todos aqueles que, apesar de integrados biopoliticamente nas estatísticas e nas políticas da população, não contam, não são ouvidos, não interessam ao projeto do Estado ou não adquirem grandeza ou projeção mediática.

Os ciclones Idai e Kenneth que atingiram Moçambique em março e abril colocaram Moçambique na esfera da comunidade internacional de desastre. O número de mortos e a destruição causados pelo Idai, a própria força devastadora do ciclone, projetaram mediaticamente Moçambique na cena internacional e espoletaram toda uma rede de solidariedade, mobilizando também as entidades internacionais responsáveis pelo apoio humanitário.

Apesar dos alertas e da previsibilidade da trajetória e do impacto do Idai, as autoridades moçambicanas demoraram a atuar e deixaram as populações literalmente à mercê da intempérie. Isto apesar de Moçambique ter um dos melhores serviços de previsão e gestão de catástrofes, o Instituto Nacional de Gestão de Calamidades, reputado pela qualidade dos seus estudos e dos seus técnicos e reconhecido internacionalmente pelo seu conhecimento e forma de atuação em situações de cheia.

As consequências do ciclone Kenneth foram menores a nível de perda de vidas humanas, apesar da força e da intensidade do mesmo, devido às lições aprendidas com o Idai. As autoridades aqui atuaram proativamente e procederam à evacuação de milhares de pessoas.

Numa lógica pós-colonial assinalável, cabe referir o argumento de muitas ONGs moçambicanas pela necessidade de perdão da dívida contraída por Moçambique, contrariando, na sequência do Idai e do Kenneth, a lógica inelutável do capitalismo de desastre e da sua vampirização do Sul Global, em que toda a catástrofe é uma oportunidade de negócio (do apoio humanitário à reconstrução).

Na lógica da reconstrução da Beira emerge também a discussão sobre a possibilidade de realocização das populações e a fundação de uma nova cidade. O caderno P2 do jornal Público de 28 de abril de 2019 trazia uma excelente reportagem sobre o tema, assinada por António Rodrigues e intitulada “Beira. “A cidade que está no sítio errado”. O texto tem o condão de reportar especialistas moçambicanos, profundos conhecedores do terreno e das realidades locais. E de trazer argumentos matizados, entre os que apoiam a deslocalização e a reconstrução da cidade da Beira em lugar diferente, como Ungulani Ba Ka Khosa e Carlos Serra, e os que chamam a atenção para a tessitura das relações estabelecidas e da complexidade da questão, como João Paulo Borges, Luís Lage e José Forjaz.

A solução caberá às moçambicanas e aos moçambicanos, mas a experiência do Katrina mostra os elevados custos humanos e de cidadania de qualquer lógica de deslocalização em massa de populações. E, em vez da ativação de estratégias radicais, porque não a mobilização de uma ecologia de saberes e de temporalidades que permita a convivência e a adaptação aos novos condicionalismos relacionados com a subida do nível do mar e do período mais curto de recorrência de fenómenos extremos como os ciclones?

Que se poderá aprender com os conhecimentos locais, no desafio de ficar e pugnar pela qualidade de vida, segurança e plena cidadania de todos e todas?

Moçambique tem as instituições com conhecimento suficiente para uma relação adaptativa aos desafios da natureza, assente nas redes de solidariedade e de conhecimento locais e na perseverança do saber vencer o destino que lhe querem atribuir, fora da canga do capitalismo de desastre ou do urbanismo de exclusão.



José Manuel Mendes é doutorado em Sociologia pela Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, onde exerce as funções de Professor Associado com Agregação. Investigador do Centro de Estudos Sociais, tem trabalhado nas áreas do risco e da vulnerabilidade social, planeamento, políticas públicas e cidadania. É coordenador do Observatório do Risco - OSIRIS, sediado no Centro de Estudos Sociais, e Diretor da Revista Crítica de Ciências Sociais.



**EPISTEMOLOGIAS
DO SUL**



Centro de Estudos Sociais
Universidade de Coimbra



1290
**UNIVERSIDADE DE
COIMBRA**



Organização
das Nações Unidas
para a Educação,
a Ciência e a Cultura
**Universidade de
Coimbra - Alta e Bela
inscrita nos Listas do Património
Mundial em 2013**



Conteúdos originais licenciados CC BY-SA 4.0 | conteúdos não identificados como original licenciados de acordo com a fonte.

Contenidos originales licencia CC BY-SA 4.0 | contenidos no identificados como original licenciados según la fuente.

Original contents licensed CC BY-SA 4.0 | contents not identified as original licensed according to the source.

Mulheres na extrema-direita, nacionalismos e desafios aos feminismos

AN Original - DeOthering

2019-04-27

Por Júlia Garraio

*Este artigo faz parte de uma série de publicações da autoria da equipa de investigação do projeto **DeOthering**, publicada no Alice News com cadência mensal.*



A Alemanha é um dos países europeus cujo partido de extrema-direita mais votado, Alternative für Deutschland (AfD), conta com um voto feminino significativo e tem elegido para postos de liderança mulheres com posturas públicas pouco habituais em meios conservadores. Pensemos em Frauke Petry, doutorada em Química, empresária de sucesso, que admitiu que o motivo do seu divórcio se devera a uma relação extraconjugal da sua parte, ou Alice Weidel, doutorada em Economia, gestora bancária e lésbica assumida. São várias as análises avançadas para explicar a adesão feminina a este projeto de extrema-direita, campo político tradicionalmente considerado hostil aos direitos das mulheres: os legados do nazismo; o racismo que costuma ser transversal a todas as identidades sexuais; as

repercussões do arquivo colonial; a reação do privilégio branco a uma Europa multicultural; a supremacia branca a exibir todo o seu egoísmo e crueldade perante o drama dos refugiados/as. Argumentos semelhantes são recorrentes nos debates sobre o voto feminino noutros partidos europeus de extrema-direita, bem como nas tentativas de explicação do apoio de mulheres brancas a Trump.

Sendo o avanço de projetos ultranacionalistas um fenómeno global, é necessário alargar o debate a outros espaços e abrir o leque de explicações. Vejam-se, por exemplo, as mulheres muçulmanas que, perante as guerras, ocupações e devastação causadas pela ingerência ocidental no Médio Oriente, aderiram a diversos projetos políticos assentes no fundamentalismo religioso promotores de papéis de género rígidos. Observe-se também as mulheres hindus que, na Índia, aderiram ao Partido do Povo Indiano, sob liderança de Narendra Modi, um nacionalismo hostil ao Islão. No estudo “«Stabbing, slicing, wounding». Urban Hindu nationalism, public knife-distribution and the politics of sexual vulnerability in Mumbai, India” (in: Kirsten Campbell, Regina Mühlhäuser, Gaby Zipfel. eds. *Exploring Sexual Violence in Armed Conflict*. New Delhi: Zubaan books. No prelo), Atreyee Sen defende que os motivos que levaram muitas mulheres dos bairros da lata de Mumbai a apoiar o movimento não se deveriam tanto à grande narrativa ultranacionalista, mas à sensação de que o Partido respondia às suas necessidades imediatas. Dá como exemplo as cerimónias públicas de distribuição de canivetes. Sendo canivetes de pouca qualidade, a iniciativa dificilmente protegeria aquelas mulheres de violência doméstica ou de violação no espaço público; todavia, essas cerimónias traziam consigo um simbolismo capaz de despoletar sentimentos de união e de pertença a algo maior. O que atraía aquelas mulheres era a sensação de empoderamento, reforçada por outras formas de organização feminina promovidas a partir das estruturas partidárias, que se traduziam em solidariedades em situações de violência doméstica e de agressões sexuais e/ou laborais. Em suma, o Partido oferecia àquelas mulheres de meios tão desfavorecidos um sentimento de segurança perante as ameaças que atormentavam o seu quotidiano. Era ali, no discurso musculado étnico-identitário, e não nos discursos feministas pela igualdade de género (o feminismo “burguês” das classes média e alta), que encontravam resposta para os seus problemas.

Um olhar comparativo que integre casos como estes poderá sugerir que, em contextos de crise e de medo de ameaças externas, muitas mulheres aderem a programas ultranacionalistas assentes em ideais de masculinidade agressiva que se reivindica como proteção para a comunidade imaginada em termos étnico-religiosos. Na prática, trata-se de programas políticos que tendem a rejeitar certas correntes feministas que se desenvolveram a partir dos anos 70: um pensamento crítico do patriarcado, que parte do princípio de que existe uma forma de opressão que nos afeta como mulheres e que, por conseguinte, é possível reunir esforços para lutar contra essa opressão transversal a classes, nacionalidades e pertenças étnico-religiosas.

Ora, como sabemos, este pressuposto foi sempre essencialmente uma tentativa de categorização, um “essencialismo estratégico” que, como tal, desde cedo foi contestado pelo seu potencial para silenciamentos, nivelamentos e ausências. Grande parte dos debates feministas prende-se precisamente com a insuficiência deste modelo, com tantas vozes provenientes de diversos quadrantes a argumentar que, para perceber as opressões vividas pelas mulheres na sua diversidade geográfica, étnico-religiosa e socioeconómica, é preciso atender ao impacto de muitos outros fatores, ou seja, é necessário olhar para as dinâmicas e forças que se cruzam em cada situação de opressão.

Enquanto os debates feministas visam essencialmente aprofundar e ampliar a pertinência das lutas feministas, entre os/as seus/suas detratores/as é frequente serem invocados “outros fatores” para deslegitimar o feminismo, apontando-o como algo ultrapassado que apenas poderá legitimar-se quando submetido a exigências étnico-nacionais. É o caso da extrema-direita alemã. A AfD não questiona os direitos das mulheres nem critica as conquistas históricas do feminismo. O que a AfD argumenta é que o feminismo contemporâneo “se perdeu” no que o partido considera serem insignificâncias e exageros (questões LGBT, paridade salarial, ataque à família), em vez de combater o que considera serem os atuais perigos para o bem-estar das alemãs: “culturas misóginas importadas através da imigração muçulmana”. Preconizando um feminismo submetido a interesses étnico-nativistas, a AfD afirma que os projetos nacionalistas são atualmente os verdadeiros defensores das alemãs. A adesão de tantas mulheres a este

tipo de argumentação revela essencialmente que veem a sua identidade política ser definida pelo que partilham com muitos homens alemães brancos (o medo e a rejeição da imigração e do Islão) e não pelo que poderão partilhar com muitas mulheres refugiadas e/ou muçulmanas (violência doméstica, discriminação laboral, assédio sexual, etc.).

As consequências desta postura já são perceptíveis na Alemanha e noutros países do Norte da Europa. Num contexto de crescente islamofobia e atitudes anti-imigração, as tradicionais causas feministas (luta contra a violência de género, exigência de acesso ao espaço público) têm estado a ser progressivamente projetadas, no espaço mediático e no discurso político, para as comunidades imigrantes, sendo assim discutidas como problema derivado da imigração e invisibilizadas como questões transversais à sociedade. O resultado é o alastrar de um senso comum que considera que “entre nós” questões estruturais de desigualdade e violência de género são marginais. Os relatórios com levantamento de dados apontam para a permanência de violência de género como algo transversal a estas sociedades; no entanto, não têm conseguido desmontar a ilusão nativista que se vê reforçada pela hipervisibilização mediática de atos de violência entre pessoas associadas à imigração. Na adesão feminina à extrema-direita alemã é assim possível descortinar o cruzamento de um substrato xenófobo com uma falta de literacia mediática que seja capaz de fomentar um olhar crítico sobre as práticas de manipulação de alguma comunicação social.

O perigo da submissão das lutas femininas às agendas de extrema-direita não se esgota na sua dimensão racista e militarista. Projetos ultranacionalistas assentes em solidariedades étnico-religiosas carregam em si um potencial para a exclusão de uma profusão de categorias de mulheres. Costumam também ser marcados pela tendência de secundarizar os esforços de emancipação das mulheres e por práticas de controlo e submissão do corpo da mulher aos interesses da nação imaginada, nomeadamente como máquina reprodutora da comunidade. Num mundo marcado pelo medo de crises económicas, ecológicas e militares é preciso que os feminismos, atentos à diversidade que marca a vida das mulheres concretas, criem pontos de contacto, ações mobilizadoras, capazes de resistir a este tipo de ofensivas.



**EPISTEMOLOGIAS
DO SUL**



Centro de Estudos Sociais
Universidade de Coimbra

1 2 9 0

UNIVERSIDADE D
COIMBRA



Organização
das Nações Unidas
para a Educação,
a Ciência e a Cultura



Universidade de
Coimbra - Alta e Sã
inscrita na Lista do Património
Mundial em 2013



Conteúdos originais licenciados CC BY-SA 4.0 | conteúdos não identificado como original licenciados de acordo com a fonte.

Contenidos originales licencia CC BY-SA 4.0 | contenidos no identificado como original licenciados según la fuente.

Original contents licesed CC BY-SA 4.0 | contents not identified as original licensed according to the source.

Los 25s de abril

AN Original

2019-04-26

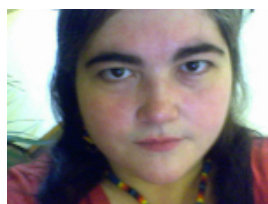
Por Begoña Dorronsoro



Conmemoramos fechas por diferentes motivos. Algunas fechas son recuerdos de celebración, de victorias, de logros conseguidos; otras nos recuerdan hechos luctuosos y su rememoración quiere evitar que se repitan. Hay fechas cuyo recuerdo es muy localizado pero que por diferentes motivos acaban por convertirse en memoria colectiva que desborda fronteras. Casi todo el mundo de una determinada edad recuerda dónde estaba y qué estábamos haciendo el 11 de septiembre de 2001. Un hecho localizado en los EEUU y especialmente en la ciudad de New York como uno de los principales centros del imperio se convirtió en un recuerdo compartido por millones de personas en todo el mundo aunque no de la misma manera. Otra parte cuando llega esa fecha recuerda un evento también cruento pero acontecido en Chile en 1973 cuando Pinochet lideró el golpe de estado que acabó con el gobierno socialista legítimamente elegido de Salvador Allende. Otro evento local con implicaciones internacionales que acabó siendo mundial. Las Torres Gemelas cayendo, el Palacio de la Moneda bombardeado. Y

así del mismo modo que hay más de un 11 de septiembre hay más de un 25 de abril. Si hablamos con gente italiana su recuerdo de un 25 de abril les retrotrae a la celebración de la victoria frente al fascismo en Italia y la salida del ejército nazi alemán. En esa fecha se suceden actos que rememoran y celebran esa victoria a lo largo y ancho de toda Italia. Pero si hablamos de un 25 de abril a mucha gente lo primero que se nos viene a la memoria, incluso no siendo de Portugal, es la Revolución de los Claveles de 1974 momento en el cual el fascismo salazarista cae derrotado. Pero los hechos son más complejos por lo que su memoria es vivida, o no, de diferentes maneras en diferentes lugares. No hay que olvidar que esta victoria sobre el salazarismo se da en el marco de las derrotas habidas con situaciones de grandes violencias durante las guerras de liberación de las entonces aún colonias portuguesas en el continente africano, especialmente en Angola, Mozambique y Guinea-Bisáu. Es allí precisamente donde ni siquiera se recuerda esa fecha de una manera significativa o lo hace de un modo diferente a como mucha gente portuguesa incluso a día de hoy lo recuerda. Pero hay más impactos con respecto a esa fecha, en el estado español no era poca la gente que siguió y presenció con sana envidia esa derrota del salazarismo que allá les hubiera gustado conseguir frente al franquismo. Pero circunstancias de partida muy alejadas no permitieron esa repetición del otro lado de la raya, algo que a día de hoy sigue reflejando que en el estado español no se vive una democracia real, con una

constituição no elegida en todos los territorios, con una monarquía avalada por el régimen franquista y no elegida por la gente, con una ley de amnistía que no permite hacer justicia frente a los crímenes de lesa humanidad cometidos durante la guerra civil y antes y después del periodo de la dictadura franquista. Pero siguen floreciendo 25s de abril y en este año 2019 hay dos lugares donde esta fecha está teniendo un especial carácter reivindicativo y de lucha: Colombia y Brasil. En Colombia el 25 de abril de 2019 se hace un llamado a un paro general a nivel nacional donde se dan la mano organizaciones sociales, estudiantiles, sindicales, feministas y de mujeres junto con organizaciones indígenas, afrodescendientes y campesinas que salen de una Movilización en Minga previa de 30 días, sin conseguir que el actual presidente del gobierno Iván Duque fuera capaz de recorrer una vez llegado a Caldoño, al norte del departamento del Cauca, apenas 200 metros para reunirse, dar cuentas y escuchar a las más de 6000 mujeres, hombres, niñas y niños indígenas que esperaron en vano durante 5 horas el pasado 9 de abril precisamente el día en que se conmemoran a las víctimas del conflicto armado en Colombia. La silla se quedó vacía como fiel reflejo de ese paralelismo que oportunamente apuntó el senador indígena nasa Feliciano Valencia se puede establecer entre los 200 metros de distancia y los 200 años de desprecio y opresiones por parte de los gobiernos habidos desde la conformación de la república colombiana hasta hoy hacia los pueblos indígenas, afrocolombianos, palenqueros, raizales y rroma que solo consiguieron reconocimiento, al menos sobre el papel, a partir de la Constitución de 1991. En Brasil el 25 de abril de 2019 es el segundo día del 15º Acampamento Terra Livre que un año más realizan los pueblos indígenas de Brasil en la Explanada de los Ministerios de Brasilia. Un año más de luchas, demandas, protestas y reivindicaciones, pero no solo otro año. Desde la llegada de Bolsonaro al poder sus políticas ponen aún más en riesgo a unos pueblos ya diezmados y a sus tierras y territorios. Es importante señalar sin embargo que del lado de las organizaciones indígenas estamos en un momento de fortalecimiento en los años previos donde las mujeres indígenas están promoviendo liderazgos renovados llegando a afrontar apuestas en el ámbito partidario político que tuvo su mayor representación en la candidatura a la vicepresidencia en las elecciones de 2018 de Sonia Guajajara de la mano del PSOL. De este modo los 25s de abril siguen floreciendo en muchos lugares del planeta como símbolo de que infelizmente siguen habiendo muchos fascismos por derrotar pero con la esperanza de que hay gentes, movimientos y pueblos dispuestos a seguir dando esa lucha.



Begoña Dorronsoro es graduada em Ciências Biológicas (Ecologia) pela Universidade do País Basco (U.P.V.-E.H.U.) Espanha Com experiência de mais de 10 anos, trabalhando e militando em diversas ongs bascas, em cooperação internacional para o desenvolvimento dos povos, com organizações indígenas principalmente de Colombia, Bolivia e Guatemala. Volta a academia para fazer o Mestrado em Estudos Feministas e de Gênero, também na Universidade do País

Basco, com a entrega final da tesina do grado "Contextualizando la descolonización del feminismo desde la perspectiva indígena. Una mirada múltiple" 2009 (não editada)



**EPISTEMOLOGIAS
DO SUL**



ces
Centro de Estudos Sociais
Universidade de Coimbra

1290

UNIVERSIDADE DE
COIMBRA



Organização
das Nações Unidas
para a Educação,
Ciência e Cultura



Universidade de
Coimbra - Alta Sedia
Inscrito na Lista do Património
Mundial em 2010



Conteúdos originais licenciados CC BY-SA 4.0 | conteúdos não identificado como original licenciados de acordo com a fonte.

Contenidos originales licencia CC BY-SA 4.0 | contenidos no identificado como original licenciados según la fuente.

Original contents licesed CC BY-SA 4.0 | contents not identified as original licensed according to the source.

Migrant bodies exist

AN Original - Alice Comments | Migrating Rights

2019-04-23

By Cristiano Gianolla

*Este artigo faz parte da série **Alice Comenta** da autoria da equipa do Programa de Investigação Epistemologias do Sul, publicada no Alice News com cadência semanal.*



Migrants face a number of life threatening situations in the process of migration. However, the 'life threats' to which they are exposed to after the migration process is completed are no less dangerous. These threats unveil a range of perspectives through which a human being is considered much less than human, and they tell a lot about the level of in-humanity that exists within the institutions of the states of the neoliberal market society in 2019.

One such example is that of the story of Singh, this article is to honour him. While not the story of a fictitious character, Singh was a real person whose body was alive until a few days ago. One could argue that he has never fully existed in Italy, where his body had survived for the last nine years of his life. In India, his country of birth, he was unable to feel that he was living a dignified existence. This is proven by the fact that he decided to quit the state of Punjab and migrated to a country that gave him hope, but did so only through very poor and precarious life conditions. In Italy he worked as seasonal collector of vegetables and fruits, for long hours and for a poor salary. In Punjab he left a family, a community, a language, a social context, and all that could grant him some sort of security in life and give him a meaningful existence. In Italy, Singh had no other option than go to work by bike on country roads where cars pass by very quickly. The day in which he was hit by a car, he was simply left on the ground. The driver of the car did not consider Singh's body to be more valuable than the complications they would incur by admitting to the accident and the related responsibility of having committed it. Therefore, the driver left without providing assistance to him and the state's institutions had to play their role.

For a moment of Singh's life, his disfigured body forced the institutions to recognize him, to touch him and to attempt to save him. The public hospital could not reject life-saving treatments, however Singh had to pay the cost of bodily recognition with his own life.

The injury Singh suffered was profound, as a brain surgeon had to remove part of his head, leaving it to be greatly asymmetrical while a plate replaced what used to be his right temple. Singh's life would never be the same as he was mentally and physically impaired, and as a result he would not be able to go back to work or to Punjab. His body would be constrained to a bed for the rest of his life.

Singh's body needed lifelong care, and this was not something that could be provided for him by a normal hospital. Therefore, he was brought to a private hospice. These kind of private clinics are very well equipped in terms of accommodation and medical facilities. They are prepared for those members of society that need constant assistance and whose families cannot or do not want to take care of them. Each "guest" pays a monthly fee that is roughly equivalent to the salary of a schoolteacher, or more depending on extras.

Singh had a brother in England, the relative that was living closest to him. Singh's brother learned about the accident but could not do much apart from visiting him. At some point he had informed the doctor of the clinic that he intended to bring his parents to Italy in order to take care of his brother. This never happened as Singh's family had to face the dramatic truth: they had lost Singh when he decided to migrate, and the accident took his body away.

After the accident, Singh, a nice man of around 35 years of age, was ready to eat voraciously whatever food was offered to him in the public hospital. Visiting him with a pack of biscuits would be a nice surprise for him. However, over the last few months in the hospice he had ostentatiously lost weight. A month before his body died, Singh was reduced to a few kilos, while his legs were so skinny that the arm of a young person would easily be of the same size. Singh was fully aware that his body was slowly disappearing and he cried out in pain. But his cry was disturbing because his body was "useless" and even "abusive" in that condition.

When asked why Singh was so skinny, the nurse responded that she could not provide such information and in any case one should talk to the doctor. A few days after his death the doctor responded simply by saying: "you know, Singh[s body] was removed a part of his brain, it was not easy to understand what he wanted". The subtle implication that Singh did not eat because he was not clear about being hungry is a horrifying contradiction.

The doctor was not able to say what was Singh's cause of death. He was only able to say that it could have been due to a stroke or a heart attack. However, he added, "it occurred while Singh[s body] was sleeping". The implication that "his body died without suffering" is a macabre implication that his body was simply misplaced, if its sufferance could ever be identified as such.

The doctor would not explain much more of the basic information about Singh. The less one asked about a disturbing death body, the better.

Singh's story tells many things about the relations between neoliberal market politics and migrations. It shows how many times a person's existence can be negated. Singh was not born in a rich context, nor from a rich family, and therefore he was never fully established as a human being. Human beings are entitled to basic human rights and they can protect themselves through socio-economic affluence. A poor Indian in Italy cannot afford to enforce one's rights, his bodily needs were left with global charity. Italy impaired his life and "compensated" by slowly keeping his body alive. This proves that migrant bodies exist.

Singh, as a person, has never really existed in the neoliberal market, as many others. Singh was unfortunate for his accident, but many others that "survive" are obliged to live their non-existence in the underground. Their body-existence serve as "little mechanism" in the big scale of global production. What carries them on is the hope to finally come to life, thereby going beyond their body, achieve a recognized social status.

Many, as Singh, try to cross the line of the abyss of bringing their body to a real existence. Migration is an instrument to cross through the impossible. Many like him remain marginal bodily mechanisms in a different geographical place. Those who succeed, however, give strength to the general narrative of migration. The resulting hope is a reiterating force of a bigger apparatus that helps to reproduce "little mechanisms" and neutralize struggles for different kinds of expectations and apparatuses, but it also exposes the contradictions of neoliberal market society.



Cristiano Gianolla studied Computer Science, Philosophy (BA), Political Philosophy (MA), Human Rights and Democratisation (E.MA), Sociology and Political Science (PhD) in Italy, Germany and Portugal. His main fields of expertise are democratic theories and their intersections with the metaphorical South, intercultural dialogue, cosmopolitanism and post-colonialism. He worked in the Information and Communication Technology field as well as for Non-Governmental Organisations, International Institutions and in Academia in various countries. Between 2011 and 2017, he has been a junior researcher at the Centre for Social Studies of the University of Coimbra, Portugal and he integrated the ALICE Project (ERC). Since 2017 he is a researcher in the same institution where he currently integrates the ECHOES project (Horizon 2020). He authored two books and a number of scientific articles.



**EPISTEMOLOGIAS
DO SUL**



Centro de Estudos Sociais
Universidade de Coimbra



Conteúdos originais licenciados CC BY-SA 4.0 | conteúdos não identificado como original licenciados de acordo com a fonte.

Contenidos originales licencia CC BY-SA 4.0 | contenidos no identificado como original licenciados según la fuente.

Original contents licesed CC BY-SA 4.0 | contents not identified as original licensed according to the source.